



## Impactos da COVID-19 no turismo do Tocantins

Gabriela Siston dos Santos<sup>1</sup> e Jaci Camara de Albuquerque<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Rio Grande - FURG

<sup>2</sup> Instituto Federal do Tocantins - IFTO

### Resumo

Com a decretação de quarentena causada pelo contágio de Covid-19, as atividades turísticas, por não serem consideradas serviços essenciais e pela sua natureza de serem atividades que possuem um grande fluxo de pessoas, foram paralisadas. Essa paralisação acabou trazendo impactos econômicos e sociais ao setor turístico, tanto em âmbito nacional como no Estado do Tocantins. Devido a esse cenário este artigo busca investigar como se deram os impactos da Covid-19 no turismo do Estado do Tocantins e discutir que ações e medidas estão sendo adotadas para mitigar os efeitos da pandemia no setor. Para tanto, foi utilizada uma metodologia qualitativa, exploratória bibliográfica e documental. Primeiramente se aborda a distribuição regional do turismo no Tocantins e seus municípios mais turísticos, posteriormente se discute os impactos e medidas de remediação adotadas pelo Governo Federal.

**Palavras-chave:** Covid-19, Impactos no Turismo, Medidas de remediação.

### Abstract

With the decree of social isolation in mid-March, due to the crisis caused by the contagion of Covid-19, tourist activities, which are not considered essential services and due to their nature of being activities that have a large flow of people, were paralyzed. This paralysis ended up bringing economic and social impacts to the tourism sector, both nationally and in the State of Tocantins. Due to this scenario, this article seeks to investigate how Covid-19 impacts tourism in the State of Tocantins and discuss what actions and measures are being taken to mitigate the effects of the pandemic in the sector. To this end, a qualitative, exploratory bibliographic and documentary methodology was used. Firstly, the regional distribution of tourism in Tocantins and its most touristic municipalities is approached, then the impacts and remedial measures adopted by the Federal Government are discussed.

**Keywords:** Covid-19, Impacts on Tourism, Remediation Measures.

### Introdução

“Apesar do cenário positivo do Brasil de crescimento em várias atividades para o turismo no ano de 2020, a paralisação total causada pela pandemia do novo Coronavírus em meados de março, mudou completamente o futuro desse setor econômico muito importante para o país” (Fundação Getúlio Vargas, 2020).

O setor do turismo representa cerca de 6% do emprego total do país (IBGE, 2009) e 3,71% do Produto Interno

Bruto (PIB) nacional (Fundação Getúlio Vargas, 2020), cujo dinâmica é composta por diferentes atividades como: hotéis e pousadas; bares e restaurantes; transporte rodoviário; transporte aéreo; outros transportes e serviços auxiliares dos transportes; atividades de agências e organizadores de viagens; aluguel de bens móveis; e atividades recreativas, culturais e desportivas.

No ano de 2019, o PIB das atividades turísticas chegou a R\$ 270,8 bilhões para o ano de 2020, mas com a decre-

tação de estado de calamidade pública e medidas de isolamento social a Fundação Getúlio Vargas (FGV) estimou que deve cair para R\$ 165,5 bilhões, ou seja, uma redução de 38,9% no faturamento e uma perda de R\$ 116,7 bilhões no biênio 2020-2021, esses valores de redução foram estimados para um período de confinamento de três meses.

Ainda de acordo com a FGV (2020), os serviços ligados ao mercado de viagens estão entre os mais afetados pela pandemia, pois as medidas de contenção do contágio de Covid-19 impactam diretamente no funcionamento dessas atividades econômicas.

O Tocantins é o Estado mais jovem a ser constituído no Brasil, foi criado a partir do Art.13 em 1º de janeiro de 1989. Apesar de a maior parte do PIB do Estado ser proveniente da agropecuária, desde 2005 com a criação da Agência de Desenvolvimento Turístico do Estado do Tocantins o turismo vem sendo impulsionado, por meio de incentivos do Governo Federal, para promover produtos e roteiros turísticos em eventos regionais, nacionais e internacionais, para fomentar o desenvolvimento turístico e a vocação turística de cada município no Estado (Brito et al., 2013) que podem trazer benefícios econômicos de forma sustentável devido ao seu potencial de recursos naturais, biodiversidade tanto de fauna como flora e uma localização geográfica privilegiada pelo encontro de dois importantes ecossistemas brasileiro, o Cerrado e a Amazônia. Além da influência da cultura de povos tradicionais, culinária local, artesanato, tradições culturais e festividades (Portal de Turismo do Estado do Tocantins, s.d.).

Apesar de um crescimento tímido e os desafios de impor-se como destino turístico na região Norte do Brasil (Caracristi, 2016), o turismo no Estado sofreu impactos com a crise social e econômica causada pelo Corona Vírus. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Sebrae Tocantins em abril de 2020, sobre as necessidades e impactos nos empreendedores da crise do Covid -19, atuantes na área de turismo em agências de viagem, hospedagem, gastronomia, atrativo turístico, artesanato e náutico, mostrou que 76,3% dos entrevistados alegaram terem sofrido 100% de impacto nos seus negócios.

É devido a esse cenário de estagnação das atividades turísticas que a crise do Corona Vírus causou, que este artigo se apresenta com o objetivo de investigar os impactos da Covid-19 no turismo do Estado do Tocantins e discutir que ações e medidas estão sendo adotadas para mitigar os efeitos da pandemia no setor. Para tanto, foi utilizada uma metodologia qualitativa, exploratória bibliográfica e documental. Primeiramente se aborda a distribuição regional do turismo no Tocantins e seus municípios mais turísticos, pos-

teriormente se discute os impactos e medidas de remediação adotadas pelo Governo Federal.

### Contextualização do turismo no Tocantins

Em 2004, implantou-se o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, esta política pública surgiu como uma possibilidade de um processo de gestão do Programa de maneira descentralizada, através de um viés de desenvolvimento com inclusão social (Tomazin & Beni, 2017). O PRT, foi implementado seguindo orientações da Organização Mundial do Turismo (OMT), pois antes o desenvolvimento do turismo era focado apenas no município, fossem eles classificados como “turísticos” ou de “potencial turístico”, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), no entanto, ao longo do tempo, surgiu a necessidade do modelo de gestão do turismo ser apoiado pela regionalização, incorporando a noção de território e de arranjos produtivos (Tomazin & Beni, 2017). A Figura 1 mostra como está estruturado os diferentes níveis de atuação dessa gestão compartilhada do programa:

**Figura 1**  
*Gestão Compartilhada PRT*

*Quadro 01. Gestão Compartilhada do PRT*

Gestão Compartilhada do Programa de Regionalização do Turismo			
ÂMBITO	INSTITUIÇÃO	COLEGIADO	EXECUTIVO
Nacional	Ministério do Turismo	Conselho Nacional	Comitê Executivo
Estadual	Órgão Oficial de Turismo da UF	Conselho / Fórum Estadual	Interlocutor Estadual
Regional	Instância de Governança Regional		Interlocutor Regional
Municipal	Órgão Oficial de Turismo do Município	Conselho / Fórum Municipal	Interlocutor Municipal

Adaptado de Tomazin & Beni, 2017.

De acordo com o MTur, as regiões turísticas são território que possuem características similares e/ou complementares e aspectos em comum (identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica), onde esses territórios são compostos por vários municípios.

Esses municípios se articulam, normalmente em uma instância de governança regional, para desenvolver o turismo de forma conjunta; regionalizada. Numa região podem existir municípios que não recebem turistas, mas que se beneficiam da atividade pelo fornecimento de produtos e serviços. A lógica do Programa de Regionalização do Turismo pressupõe que trabalhar o turismo de forma integrada, regionalizada e cooperada é mais vantajoso para a região,

## IMPACTOS DA COVID-19 NO TURISMO DO TOCANTINS

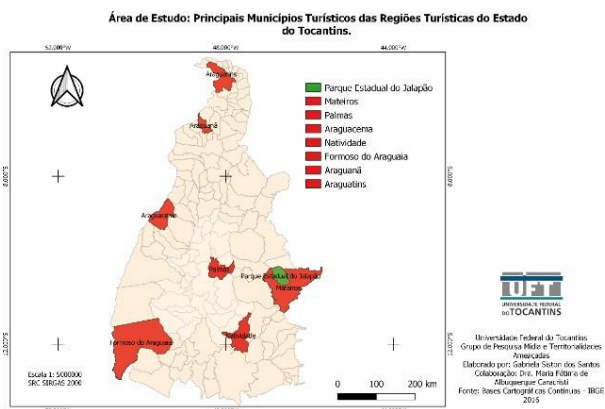
pois o turista é estimulado a permanecer mais tempo na região, gerando mais recursos para os municípios envolvidos (MTur, 2017).

Diante disso, para as regiões turísticas do MTur criou as Instâncias de Governança Regionais, que é uma organização com participação do poder público, do setor privado e de outras entidades representativas do turismo dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar o Programa em âmbito regional. Elas passam a ser responsáveis pela definição de prioridades, pela coordenação das decisões a serem tomadas, pelo planejamento e execução do processo de desenvolvimento do turismo na região turística. Essa instância pode, dentre outros formatos, ser uma associação, um conselho, um fórum.

No Estado do Tocantins, a instância responsável pelas políticas públicas de turismo é a Agência de Desenvolvimento Turístico do Estado do Tocantins (ADTUR). De acordo com as políticas do PRT o Estado do Tocantins apresentou em 2006, sete regiões turísticas a serem trabalhadas sendo elas: Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Serras e lago, Serras Gerais, Ilha do Bananal, Vale dos grandes rios Bico do Papagaio. E configurou ainda quatro roteiros turísticos sendo eles: Jalapão, Rotas das Águas, Serras e Lagos e Serras Gerais (Brito et al., 2013).

**Figura 2**

*Mapa da Área de Estudo*



Como já comentado anteriormente, essas regiões turísticas são formadas por um conjunto de municípios, tendo em vista essa questão optou-se por escolher de cada região turística um município dentro dessas regiões com maior expressão turística para ser analisado, a Figura 2 representa

os municípios escolhidos. No próximo tópico serão expostas as características mais expressivas e relevantes dessas regiões turísticas.

### As sete regiões turísticas do Tocantins

A região turística Encantos do Jalapão, abriga o Parque Estadual do Jalapão (PEJ) que foi criado em 12 de janeiro de 2001 pela Lei 1203 e pertence à categoria Unidades de Conservação de Proteção Integral. Possui mais de 158 mil hectares de área situados no município de Mateiros que possui uma população de 2.684 hab, na área nuclear da região do Jalapão, fazendo divisas com os municípios de Ponte Alta do Tocantins, São Félix e Novo acordo.

O Jalapão representa um dos mais ricos e importantes patrimônios ecológicos nacional, o Cerrado, atualmente em extinção. Além de que o patrimônio natural ali existente representa o contexto de um território rico em mananciais de água e biodiversidade (Caracristi, 2016). Com a criação do PEJ houve um incremento do ecoturismo no Tocantins. Essa visitação vem ocorrendo principalmente a partir dos anos 90 (Dutra et al., 2008).

De acordo com o Portal de Turismo do Tocantins, o Parque possui diversos atrativos naturais que atraí o turista a visitá-lo, destacando-se dentre eles: As suas dunas de areias finas e alaranjadas que chegam a medir até 40m de altura; Cachoeira da Velha, uma queda d'água em forma de feradura de 100m de largura e 15m de altura, sendo um cenário de extrema beleza que saltam aos olhos dos turistas; Cachoeira do Formiga uma nascente de águas esverdeadas; Os Fervedouros, com suas águas transparentes, entre outros rios, riachos, nascentes e cachoeiras da região, todos com águas potáveis; Além dos povoados das comunidades quilombolas do Mumbuca e Prata, cuja visitação possibilita ao turista acesso a cultura local, tendo contato com a tradição do artesanato do capim dourado. O PEJ é muito buscado para a prática de esportes, como o rafting, canoagem, rapel e as trilhas a pé ou de bicicleta (Portal Turismo Tocantins, Encantos do Jalapão).

Além do turismo e pesquisas, também é cada vez mais frequente solicitações de acessos para utilização dos cenários do parque em produções fotográficas, televisivas como reality show, novelas, reportagens, publicidade e cinematográficas para locação de filmes (Naturatins, 2019). A visitação na região do Parque acontece principalmente na alta temporada que se dá durante a estação seca, de maio a outubro, e principalmente nos feriados prolongados e no mês de julho (Dutra et al., 2008).

A região turística Lagos e Praias do Cantão abriga os municípios de Araguacema, Caseara, Lagoa da Confusão e

Pium. É marcada pelos seus rios, florestas e a sua biodiversidade, e principalmente por ser uma área de transição entre o ecossistema da Amazônia e Cerrado. Na região estão situados também a Área de Proteção Ambiental (APA) da Ilha do Bananal, o Parque Estadual do Cantão, o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Indígena do Araguaia, formado pelas etnias Karajá e Javaés. Entre os atrativos turísticos proporcionados pelo clima quente, relevo e hidrografia estão as oportunidades de visitar rios, praias, trilhas e igapós. Os destinos mais buscados são as praias formadas ao longo do Rio Araguaia, muito buscadas principalmente na época de estiagem (junho a setembro), especialmente no mês de julho, devido as praias que se formam as margens do rio. Segundo o Portal de Turismo do Estado do Tocantins, Araguacema é o município que detém as praias mais bonitas e agitadas durante a estação seca (Portal Turismo Tocantins, Praias e Lagos do Cantão).

Araguacema faz parte de uma das cidades mais antigas do Tocantins, seu povoamento teve início por volta de 1812, com a criação do Presídio de Santa Maria. Outro marco importante da história do município são as ruínas de um antigo frigorífico, implantado em 1943, cuja finalidade era abastecer as Forças Armadas Brasileiras, no final da Segunda Guerra Mundial. Distante a 285km da capital, possui uma população de 6.317 hab, e economia voltada para a agropecuária, turismo e pesca esportiva. Os atrativos principais em Araguacema são as praias do Porto, Do Meio, Gaivotas, do Camaleão, do Gato, Mumbica e Madalena. Segundo a Prefeitura de Araguacema, a cidade conta com 6 hotéis e 3 lugares de hospedagem alternativa, além de seus restaurantes e cais. Sobre os eventos da cidade, o principal é a Romaria do Senhor do Bonfim e de sua Padroeira Nossa Senhora da Divina Providência que acontece anualmente todo o dia 15 de agosto (Portal Turismo Tocantins, Araguacema).

A região turística Serras e Lago detém os municípios de Lajeado, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional. Juntos, possuem uma área de 8.288,32 km<sup>2</sup>. Os municípios concentram os principais atrativos turísticos da região central do estado. A região abriga várias unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável, como o Parque Estadual do Lajeado, APA Serra do Lajeado, APA do Lago de Palmas, APA Serra do Estrondo, RPPN Sítio Ecológico Monte Santos e RPPN Bela Vista (Portal Turismo Tocantins, Serras e Lago).

O principal destino desta região é Palmas, que é a mais jovem capital brasileira, possui 31 anos de fundação. Foi inaugurada em 20 de maio de 1989, tendo sido projetada para ser um ícone de modernidade em pleno cerrado brasileiro, a paisagem e arquitetura da cidade envolve parques

urbanos, avenidas amplas e praias de água doce formadas pela represa da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães. De acordo com o Portal do Estado do Tocantins, Palmas é considerada a porta de entrada para outras regiões turísticas do Estado e também ideal para o turismo de negócios e eventos. Outras modalidades de turismo também são indicadas como o turismo cultural, de lazer, ecoturismo e turismo de sol e praia (Portal Turismo Tocantins, Palmas).

Os pontos turísticos destacados pelo governo do Estado como cartões postais da cidade são os seguintes: Parque Cesamar, destacado como um ambiente arborizado, ideal para a prática de esportes e os amantes da natureza, conta com uma pista de corrida, trilhas ecológicas e um lago formado pelo córrego Brejo Comprido; Memorial Luiz Carlos Prestes, projetado por Oscar Niemeyer, no prédio há sala de vídeo, auditório e exposições de fotografias, documentos e objetos doados pela família Prestes; Praias da Graciosa, do Prata, Caju, Buritis, Arnos e Ilha Canela, sendo a Praia da Graciosa muito buscada para a prática de esportes aquáticos, caminhadas e pela infraestrutura de bares e restaurantes disponíveis. A Praia do Arnos mesmo com uma infraestrutura mais simples é uma das mais populares dentre as praias; Feira do Bosque; Espaço popular, cujo a feira da 304 sul atrai feirantes de 14 municípios e cerca de 6 mil visitantes a cada final de semana. (Portal Turismo Tocantins, Palmas).

Vale ressaltar um famoso destino turístico na área rural de Palmas, distante cerca de 30km da capital, o Polo Ecoturístico de Taquaruçu. Os turistas são atraídos para a região pelo clima serrano e os mais de 80 atrativos naturais catalogados, dentre cachoeiras e corredeiras. O distrito apresenta também um Centro de Atendimento ao Turista – CATUR, que disponibiliza guias disponíveis para passeios ecoturísticos, o destino é muito buscado para a prática de esportes radicais. Destaca-se também nessa região a gastronomia regional, que vem crescendo e sendo reconhecida, de tal maneira que o Ministério do Turismo liberou para o distrito cerca de R\$ 1,2 milhão em abril de 2020, para a construção de um Centro Gastronômico no distrito, que vai abrigar eventos do gênero. Esse valor é a primeira parte de um investimento total de R\$ 2,8 milhões da Pasta, que também prevê a criação do Centro de Cultura e Arte de Taquaruçu (Ministério do Turismo, 2020).

A região turística Serras Gerais é composta pelos municípios Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Dianópolis, Natividade, Paranã, Rio da Conceição e Taguatinga. As Serras Gerais fazem parte da maior cadeia de serras do Brasil, essa região guarda tradições, arquitetura colonial, história e cultura como as Cavalhadas, as festas do Senhor do

## IMPACTOS DA COVID-19 NO TURISMO DO TOCANTINS

Bonfim e do Divino Espírito Santo, entre outras festas folclóricas e religiosas herdadas do colonialismo e da era do ciclo do ouro, como em Natividade, quando o município era grande produtor de joias. Ainda são encontradas, para compra, joias artesanais fabricadas por artífices locais. O ecoturismo é a modalidade mais explorada nos municípios, uma vez que a região abriga uma série de rios, cânions, cachoeiras e cavernas que são muito buscados para atividades de Trakking, snorkel, rafting, trilha, canoagem, banhos de cachoeira etc. (Portal Turismo Tocantins, Serras Gerais).

A cidade de Natividade se destaca pela sua arquitetura colonial, festas religiosas, folclore e gastronomia. Localizada no sudeste do estado, distante a 200km de Palmas e com uma população de 9.279 hab (IBGE, 2010), o município remonta às origens do Tocantins, ao ciclo do ouro, quando os bandeirantes enfrentaram a resistência dos índios Xavantes e ocuparam a região Norte de Goiás, entre 1724 e 1734, dando origem ao primeiro povoamento do estado, as relações entre colonizadores, escravos, mineiros, sertanistas, missionários e criadores de gado resultaram no sítio histórico reconhecido pelo IPHAN como Patrimônio Nacional em 1987, ainda hoje, Natividade tem minas de ouro em atividade e se destaca pela produção de joias artesanais. A cidade faz parte do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura (MinC), que visa à recuperação e preservação do patrimônio histórico brasileiro. Com cerca de 250 prédios coloniais e igrejas preservadas, entre ruas estreitas e muros de pedra construídos por escravos, guardam a memória do Tocantins (Portal Turismo Tocantins, Natividade).

As principais atividades na cidade se destinam de suas festas religiosas, como a Romaria de Nosso Senhor do Bonfim, considerada a maior festa religiosa do Estado, e a Festa do Divino Espírito Santo de Natividade que tem como tradição confeccionar o famoso biscoito de polvilho chamado amor perfeito, cuja tradição tem mais de 100 anos. Além disso, os doces e licores caseiros de frutas do cerrado também são famosos e o artesanato também, feito principalmente, da fibra do buriti e barro. Entre as igrejas se destacam a de São Benedito e a Matriz de Nossa senhora de Natividade, de 1759. A cidade também guarda as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, construção iniciada pelos escravos no século XVIII, mas que não chegou a ser concluída (Portal Turismo Tocantins, Natividade).

O ecoturismo é baseado em trilhas, rios e cachoeiras, os destinos principais são cachoeiras do Purgatório, do Amor e Paraíso. Nessa última, a água some em um poço e reaparece numa cascata que se forma no cânion. Já a caminhada pela trilha de 6 km até o alto da Serra de Trindade, leva o visitante às ruínas da povoação original, conhecida

como Arraial de São Luiz (Portal Turismo Tocantins, Natividade).

A Região Turística Ilha do Bananal possui a maior ilha fluvial do mundo com cerca de 25 mil km<sup>2</sup> localizados entre os rios de Javaés e o Araguaia, na planície do Cantão. Os municípios que fazem parte são Pium, Caseara, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Marianópolis. Encontra-se dividida em duas áreas de reserva ambiental, ao norte o Parque Nacional do Araguaia administrado pelo ICMBIO, e a sul o Parque Indígena do Araguaia administrado pela FUNAI, criado principalmente para proteger as aldeias indígenas que abriga. A ilha é considerada pela UNESCO como reserva da biosfera. Na região se encontram localizadas as etnias Javaés e Karajá, produtores de artesanato, dentre eles as bonecas Rtxòkò consideradas patrimônio cultura do Brasil pelo IPHAN (Portal Turismo Tocantins, Ilha do bananal).

O município de Formoso do Araguaia está localizado a sudoeste do Estado, distante a 327km de Palmas, é considerado o maior município do estado em área (13,480km<sup>2</sup>). O nome da cidade é uma homenagem ao Rio Formoso. A principal característica turística do município, que também tornou-se a principal atividade econômica da região, é a pesca esportiva, praticada durante todo o ano, principalmente no rio Javaés, a maior atração turística não somente pela qualidade das águas que abriga cerca de 300 espécies de peixes, onde 50 são consideradas esportivas, mas também pelas praias formadas ao longo do rio e a vegetação ora cerrado, em alguns pontos florestas e outros pantanal (Portal Turismo Tocantins, Formoso do Araguaia).

Outros pontos turísticos relevantes são a Lagoa do Morro Azul, uma piscina natural de águas cristalinas que brotam de um manancial de águas termais advindos da fenda de um bloco de rocha calcária e a Casa de Pedra e o Morro Azul, um local de extração de calcário para uso na agricultura e materiais para obra (Portal Turismo Tocantins, Formoso do Araguaia).

A região do Vale dos Grandes Rios está localizada ao norte do Estado, entre os rios Araguaia e Tocantins, e é composta pelos municípios Filadélfia, Xambioá, Aruanã, Araguaína, Babaçulândia, Itacajá, Pau D'Arco e Wanderlândia. A região se destaca pela pecuária e por sediar grandes feiras de negócios (Portal Turismo Tocantins, Vale dos Grandes Rios).

O município de Aruanã está localizado no norte, distante a 459km de Palmas, com acesso pela TO-164. A cidade está localizada às margens do rio Araguaia, o que proporciona no período entre junho a setembro, uma variedade de formação de praias fluviais e ilhas desertas de areias brancas ao longo das margens do rio. As mais conhecidas

## IMPACTOS DA COVID-19 NO TURISMO DO TOCANTINS

e movimentadas são a Ilha Grande e a praia do Escapole. A prefeitura de Araguaianã promove ainda eventos culturais como a descida do rio Lontra, motocross, trilha, temporada de praias e cavalgadas (Portal Turismo do Tocantins, Araguaianã).

De acordo com a Secretaria de Comunicação do Tocantins (2013), durante a temporada de praias é comum a montagem de estruturas nas praias pelo Governo do Estado, Prefeitura de Araguaianã e parceiros do projeto “Tocantins de Braços Abertos”, coordenados pela ADTUR. São encontrados 13 restaurantes nas praias, e meia dúzia na cidade, que conta ainda com cinco hotéis e pousadas.

A região do Bico do Papagaio está localizada entre os rios Araguaia e Tocantins, no extremo norte do Estado, e tem como características ser uma área de transição entre o Cerrado e a Floresta Amazônica. Faz fronteira entre o Estado do Pará, a Oeste, e Maranhão, a Leste. Integra 25 municípios, dentre eles: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguaatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis (Portal Turismo Tocantins, Bico do Papagaio).

Essa região apresenta cidades turísticas e históricas, como Tocantinópolis cujo história remete ao seu passado de sucesso econômico no século XIX, quando integrava a rota que ligava Goiás e o norte do país. A exploração do babaçu, um dos primeiros produtos a serem explorados na região. Esperantina, uma cidade com praias de areias brancas e vegetação do bioma amazônico bem preservada (Portal Turismo Tocantins, Bico do Papagaio).

Araguatins, é a cidade mais populosa da região, possui 31,329 mil habitantes (IBGE, 2010), se destaca pelas suas praias do rio Araguaia, ilhas, paredões e cachoeiras, muito frequentados durante o período de junho a agosto. Além do turismo o município de Araguaatins possui muitos assentamentos localizados na área rural, são 29 Assentamentos que assentam 1.879 famílias, que desenvolvem a agricultura familiar. De acordo com a Prefeitura de Araguaatins, dentre os pontos turísticos da cidade estão listados: Ilha de São Vicente, Paredão Nego Velho, Cachoeira do rio São Martinho, corredeira do Rio Araguaia, Praia São Raimundo na Ilha de São Vicente, Ilha Sapucaia, praia do Noronha e praia da Ponta. As praias mais exploradas pelos turistas são a da Ilha de Sapucaia, que mesmo fora de temporada é buscada para acampamento e a praia da Ponta, considerada a oficial

da temporada, é a mais frequentada, devido a sua beleza e também a melhor infra-estrutura que recebe para visitação, conta com camping, bares, restaurantes, comércio, telefonia pública, policiamento e serviço de saúde 24h (Portal do Turismo Tocantins, Araguaatins).

### A pandemia e os impactos no turismo

O setor do turismo no Brasil representa cerca de 3,17% do PIB do país (IBGE), sendo composto por diferentes atividades que foram afetadas durante a crise da Covid – 19. De acordo com a pesquisa Impacto Econômico do Covid -19 da Fundação Getúlio Vargas (FGV) 2020, apesar das boas perspectivas para crescimento do turismo no Brasil em 2020, a crise do corona vírus e a paralisação das atividades acabou afetando drasticamente este setor, em comparação ao PIB do setor em 2019 houve uma perda de 21,5% na produção total para o biênio de 2020-2021.

A política de isolamento social resultante das medidas de contenção ao contágio de Covid- 19 afeta diretamente o turismo, uma vez que este não é considerado serviço essencial. O Brasil está incluído no grupo de países que fechou suas fronteiras terrestres e restringiu a entrada via aérea, via terrestre e por meio de transporte aquaviário permitindo somente a entrada de residentes, cidadãos brasileiros, entre outros.

Restou ao setor quase nenhuma possibilidade de receita e uma vez que, esse é um setor gerador de empregos em todas as faixas de rendas no país, principalmente em áreas de menor grau de especialização, essa perda de receita traz consequências significativas para diferentes cadeias produtivas.

Para a FGV, primeiro há um efeito direto. Com o fechamento das fronteiras ao redor do mundo e a suspensão de viagens, o deslocamento de pessoas para lugares com atividades de consumo diferentes das de seu local de residência, tornou o turismo inviável. Logo, toda a cadeia ligada ao setor é afetada, porque mesmo o residente local se restringe a não frequentar pontos turísticos, pelo risco de contágio, pois estes são por natureza locais de aglomeração. Por esse motivo, os atrativos turísticos foram um dos primeiros locais a serem fechados pelos governos para tentar frear a propagação do vírus. A exemplo disso se toma a medida do Governo Federal que, por meio do Ministério do Meio Ambiente, suspendeu as visitas públicas em todos os parques nacionais e unidades federais de conservação, pelo período de uma semana. Seguindo o entendimento, o Governo Estadual do Tocantins fechou por tempo indeterminado através do decreto nº 6.071, os Parques Estaduais do Jalapão, Cantão, Lajeado e o Monumento Natural das



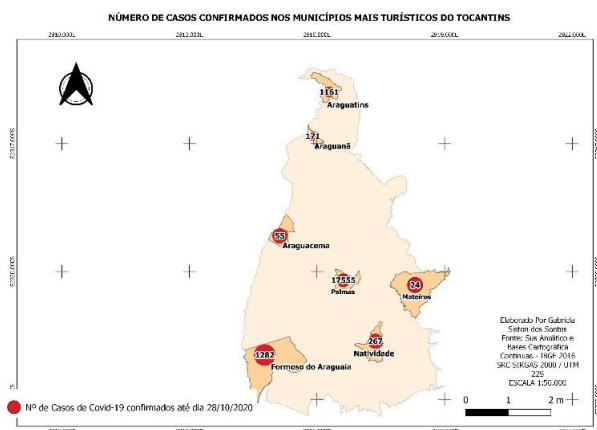
Árvores Fossilizadas.

Isso acabou por suspender atividades de hotéis e restaurantes, suspensão de rotas rodoviárias e de venda de pacotes de turísticos, deixando alguns poucos estabelecimentos que conseguiram se adaptar à nova realidade, como àqueles que passaram a fornecer serviços de delivery e promoções de compra para serviço futuro.

No Tocantins, desde o fechamento dos principais atrativos turísticos do Estado foram noticiadas muitas manchetes pelos principais meios midiáticos, sobre fechamento dos parques estaduais, quedas financeiras nos negócios, depoimentos de proprietários do negócios no setor, entre outros, na Figura 3 é possível observar o número de casos desde março até o dia 28 de outubro de 2020 nos municípios abordados.

**Figura 3**

*Mapa do Nº de casos por município turístico no Estado do Tocantins.*



Observando esse cenário, o Sebrae Tocantins realizou a Pesquisa Turismo (2020) com o objetivo de levantar os impactos da Covid-19 nos empreendimentos da área do turismo, entre o período de 02 de abril a 07 de abril 2020, com 80 empresários do Turismo de Palmas, Jalapão e Sudeste do Tocantins, que atuam em agências de viagem, hospedagem, gastronomia, atrativo turístico, artesanato e náutico. Desse entrevistados, 76,3% alegaram ter 100% de impacto no faturamento de seu negócio devido a Covid-19.

Relacionado aos impactos, relataram que as melhores medidas governamentais para auxiliar o setor e os empresários durante o período de pandemia, seriam o aumento

da linha de crédito, 73,8% afirmou que auxiliaria seu negócio; Também a redução de impostos e taxas, com 43,8%, e aumento nas ações de promoção dos destinos, com 31,3%. Além disso, mais de 70% declararam desconhecer linhas de crédito disponíveis para o turismo e 55% disseram não ter planejamento financeiro (SEBRAE, 2020).

**Medidas de Remediação dos impactos sofridos**

Devido a essa crise social e econômica causada pela Covid – 19, o Mtur lançou um Manual sobre Corona Vírus em consonância com iniciativas da Organização Mundial do Turismo (OMT) e o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC) para tentar auxiliar o setor na manutenção de empregos, garantia de liquidez das empresas e a revisão de impostos e regulamentos. Além de evitar que certas demandas fossem/sejam judicializadas. Dentre os beneficiários dessas medidas se encontram prestadores de serviços, sociedades e o setor cultural.

Uma série de campanhas e Medidas Provisórias (MP) foram apresentadas neste manual, dentre elas se destacam a Campanha “Não Cancele, Remarque!” para buscar orientar os turistas sobre a importância de não cancelar, mas sim adiar viagens e pacotes turísticos. A seguir comenta-se resumidamente as MPs lançadas por ordem cronológica:

A MP 936/2020, publicada dia 02 de abril, teve como objetivo tentar evitar demissões durante o período de crise. O Governo Federal destinou R\$ 51 bilhões para auxiliar empresas de diferentes portes e em diversos setores da economia, incluindo o turismo. Segundo o MTur os benefícios dessa MP são a flexibilização de salários e jornadas de trabalho por 3 meses – reduções de 25%, 50% ou 70%. E em contrapartida, o Governo Federal vai pagar ao trabalhador um valor proporcional ao pago pela empresa do seguro-desemprego. Por exemplo, se o empregador diminuir 50% do salário, o governo paga 50% do que o trabalhador receberia de seguro-desemprego. A medida é válida para micros/pequenos e empresas de grande porte, e para qualquer tipo de salário. Quem recebe um salário mínimo, terá reposição integral da remuneração. Os contratos podem ser suspensos por 2 meses. A negociação dessa flexibilização poderá ser feita entre o empregador e empregado, sem intermediação de sindicatos. As empresas cujas receita bruta anual são menores que R\$4,8 milhões podem suspender 100% de seus contratos, e os empregados receberão 100% do seguro desemprego. Já as empresas com receita maior que R\$ 4,8 milhões terão que pagar 30% do salário, e o governo arcará com 70% do benefício (Manual Sobre Corona Vírus, 2020).

A MP 948/2020, aprovada dia 08 de abril, tratou de

## IMPACTOS DA COVID-19 NO TURISMO DO TOCANTINS

prever regras sobre cancelamentos de serviços, reservas e eventos do setor de turismo e cultura. Essa medida garantiu que o prestador de serviços ou sociedade empresarial não fossem obrigados a reembolsar valores pagos pelo consumidor imediatamente, ganhando um prazo de até 12 meses após o fim da pandemia para realizar o pagamento ao consumidor. Foram orientados 3 cenários distintos em caso de cancelamentos: Remarcas junto aos prestadores de serviços e os responsáveis pelas reservas e eventos cancelados; Disponibilização de crédito para uso ou abatimento na compra de outros serviços, reservas e eventos, disponíveis nas respectivas empresas; Realização de outro acordo a ser formalizado entre o prestador e consumidor”. Qualquer uma das alternativas sem custo adicional, taxa ou multa, desde que com solicitação no prazo de 90 dias, contando a partir da publicação da medida provisória. O crédito dado ao consumidor em caso de solicitação de reembolso somente poderá ser utilizado no prazo de 12 meses a partir da data de encerramento do estado de calamidade pública (Decreto Legislativo nº6, de 2020).

MP 907, aprovada no dia 28 de abril, ela transformou a Embratur em Agência de Promoção Internacional do Turismo, que passou a ser considerada um Serviço Social Autônomo de direito privado sob supervisão do MTur. A Embratur foi autorizada em caso de decretação de emergência e até seis meses após o fim da situação, promover apenas o turismo doméstico, por meio de convênio com os estados, Distrito Federal e Municípios. Essa medida também autorizou a redução a zero da alíquota sobre o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) para o aluguel de aeronaves e motores pelas empresas aéreas a partir de 1º de janeiro de 2021. Sem a alíquota o imposto seria de 15%. Também manteve a alíquota de 6% de IRRF sobre remessas ao exterior por pessoas físicas ou jurídicas, para pagamento de gastos pessoais de pessoas residentes no País e que estejam em viagem. Sem a MP as agências de turismo e o brasileiro teria que pagar 25%, relativo à compra de pacotes e na contratação de serviços no exterior.

Além dessas medidas comentadas, foram lançadas MPs para linhas de crédito. A Lei 14.051/20, assinada dia 19 de março por meio do MTur, disponibilizou R\$ 5 bilhões de crédito do governo federal para prestadores de serviços turísticos cadastrados no Cadastur. A pasta também acelerou a liberação de R\$ 381 milhões pelo Ministério, por meio do Fundo Geral do Turismo (Fungetur) junto a 17 instituições financeiras credenciadas. Àqueles que solicitem contam com redução dos juros de 7% para 5% ao ano; ampliação da carência de 6 meses para 1 ano e possibilidade de aplicação 100% dos recursos no capital de giro. Além

do Fungetur, para o segmento turístico também se disponibilizará linhas de crédito disponíveis pelo Banco do Brasil, BNDES e Caixa Econômica Federal.

Cerca de 80% do setor de turismo é formado por micro e pequenas empresas (Mtur, 2020), pensando na crise do setor foi proposto pelo Senado o PL. 1282/20 e aprovado pela Câmara dos Deputados, uma linha de crédito para microempresas e pequenas empresas. A partir desse PL foi criado o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), Lei nº 13.999 aprovado em 18 de maio de 2020. O projeto conta com R\$ 15,9 bilhões disponíveis, onde concede crédito mais acessível às microempresas, com faturamento anual bruto até R\$ 360 mil, e empresas de pequeno porte com faturamento até R\$ 4,8 milhões. A união financiará 80% do empréstimo e os bancos 15% (públicos e privados autorizados pelo Banco Central). A empresa que deseje obter o empréstimo deve manter o mesmo número de funcionários desde a data de entrada em vigor da lei até 60 dias após o recebimento da última parcela do financiamento. Os bancos e instituições tem até 6 meses para formalizar a operação de crédito e a Taxa Selic, acrescida de 1,25% sobre o valor concedido, com um prazo de carência de 8 meses, a partir da formalização da operação de crédito.

A MP nº 946, extinguiu em 31 de maio de 2020, o Fundo PIS/Pasep, transferindo o seu patrimônio para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A partir dessa data, os recursos ainda não sacados do Fundo foram transferidos para contas individuais de mesma titularidade cadastrados no FGTS, para facilitar o saque de até R\$ 1.045 por trabalhador, tanto de suas contas ativas ou inativas no FGTS. Segundo o MTur, essa medida teve como objetivo tentar diminuir os impactos da pandemia na renda dos trabalhadores brasileiros que começou a ter acesso aos recursos a partir do dia 15 de junho até 31 de dezembro de 2020. A única diferença agora segundo o Manual Coronavírus é que os dois fundos estarão sob mesma governança, para reduzir os custos de administração.

Para os trabalhadores Autônomos, informais e microempreendedores individuais (MEIs) foi oferecido a iniciativa de receber um auxílio emergencial de R\$ 600 por três meses, os requisitos para obter esse auxílio são: ser maior de 18 anos; não ter um emprego formal; não ser titular de benefício previdenciário ou assistencial, beneficiário do seguro-desemprego ou de programa de transferência de renda federal, ressalva beneficiários do bolsa-família; e renda mensal per capita de até meio salário mínimo ou renda familiar total de até três salários mínimos; que não tenha recebido no ano de 2018 rendimentos tributáveis acima



de R\$ 28.559,70; exercer atividades na condição de microempreendedor individual, contribuinte individual do Regime Geral de Previdência Social e trabalhador informal de qualquer natureza, inscrito no Cadastro Único. Mulheres chefe de família podem receber até R\$ 1,2 mil. O auxílio é limitado a duas pessoas por família. Para receber o pagamento é necessário fazer-se o cadastro no aplicativo Caixa Auxílio Emergencial. Esse benefício pode ser acessado por trabalhadores do turismo que cumpram os requisitos.

Também foram anunciadas linhas de créditos para pagamento de salários, segundo o Manual Coronavírus do MTur (2020), essa medida vem para atender o setor informal. Essa linha de crédito permite que pequenas e médias empresas quitem suas folhas de pagamento por 2 meses durante a pandemia, são R\$ 40 bilhões, sendo 85% subsidiado pelo Tesouro Nacional. O dinheiro será emprestado por meio do BNDES, com participação de bancos privados e o Banco Central. Terão direito empresas com faturamento entre R\$ 360 mil e R\$ 10 milhões, que obtêm uma carência de seis meses e poderão pagar em até 36 meses com uma taxa de juros de 3,75% ao ano. Os beneficiados não poderão demitir funcionários por dois meses e o dinheiro é depositado direto na conta do trabalhador, limitado a dois salários mínimos.

Para solicitar os financiamentos seria preciso procurar um agente financeiro credenciado no BDNES, cuja lista está disponível no site. Além disso, também foi anunciado que o banco possibilitaria a concessão da suspensão temporária por prazo de até seis meses de amortização de empréstimos contratados juntos ao BNDES, nas modalidades diretas e indiretas às empresas afetadas pela crise.

De acordo com o Portal Tocantins do Governo do Estado (2020), no dia 03 de junho de 2020, foi divulgado uma linha de crédito para guias turísticos que tiveram suas atividades afetadas pelo Corona Vírus. Na modalidade capital de giro proveniente do Fundo Geral do Turismo (Fungetur), foram disponibilizados um crédito de R\$ 500 mil reais por meio da Agência de Fomento, exclusiva para guias turísticos registrados no Estado que estão enfrentando dificuldades econômicas devido a Covid-19. De acordo com o Portal, são 97 famílias mantidas por essa atividade que podem obter R\$ 5 mil reais creditados integralmente ou em parcelas de até 5 vezes, com taxas de juros de 0,40% ao mês + INPC de 0,20% ao mês e carência de 6 meses e prazo de até 2 anos. Os requisitos para esse crédito são o guia ter Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ), ser registrado no Cadastro de Prestador de Serviços Turísticos (Cadastur), e apresentar a documentação básica exigida para o capital de giro.

### Análise e discussão

O turismo brasileiro é o setor responsável por mais de 2 milhões de postos de trabalho no Brasil, e se encontra praticamente sem atividades desde meados de março de 2020, o que tem afetado significativamente a retomada de suas vendas, mesmo a economia apresentando os primeiros sinais de abertura em julho desse ano (Impactos Econômicos do Covid -19, 2º edição - FGV, 2020).

Atividades relacionadas ao turismo estão em quase paralisação, mesmo com reabertura comercial em alguns municípios. As estimativas feitas em julho de 2020 pela FGV, mostram que esse cenário deve seguir, totalizando 5 meses. E do ponto de vista econômico, essa parada vem afetando toda a cadeia produtiva turística impactando na geração de empregos não só do mercado de viagens, mas que também dependem deste para manterem suas atividades. Já se sente um impacto significativo na receita de empresas e, consequentemente, na geração de empregos.

Como discutido, na Pesquisa Turismo (SEBRAE/TO, 2020) sobre os impactos do Corona Vírus nos empreendedores, 76,3% alegam terem sido afetados em 100% no seu negócio. Além disso, segundo a 2º edição do relatório da FGV (2020), a Relação Anual de Informações Sociais (Rais), divulgada pelo Ministério da Economia, mostram que em 2018, o turismo gerava 2.679.324 vagas formais, e se manteve assim em 2019. Mas com a chegada da pandemia, se espera uma grande perda de postos de trabalho.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), nos meses de março e abril de 2020, o segmento de “alojamento e alimentação” teve um saldo de geração de empregos negativo (-211.722 vagas), número superior à 2015 e 2017, quando o país enfrentou uma forte crise econômica (-100.281 vagas). A previsão para os próximos meses é a de aumento nas demissões e encerramento de postos de trabalho que, sem medidas de proteção governamental, provocarão um maior agravamento da crise econômica.

Comparado com o PIB de 2019, as perdas econômicas do setor turísticos chegam a R\$ 161,3 bilhões no biênio 2020-2021, 29,8% na produção total. O PIB do setor será de R\$ 143,8 bilhões em 2020 (redução de 46,9% em relação à 2019) e R\$ 236,5 bilhões em 2021 (12,6% inferior ao PIB do setor em 2019). Portanto, a recuperação econômica vai depender de um conjunto de fatores prioritários como a preservação de postos de trabalho, flexibilidade operacional, crédito, união setorial, segurança sanitária e resiliência dos negócios (2º edição, FGV, 2020).

Para a FGV (2020) as medidas como a MP 936, apesar

de importantes, não são suficientes para que o setor evite demissões. Para o mercado de viagens, além da prorrogação do prazo da MP 936, serão necessários outros esforços para salvar os empregos e aproveitar a temporada de verão para retomada do setor, como, por exemplo, o alívio de encargos trabalhistas para tentar fazer com que os empregadores mantenham os funcionários, após a retomada. Para os empreendedores entrevistados pela pesquisa do Sebrae/To (2020), a folha de pagamento é um dos itens que mais pesam no custo de seus negócios. Então, sem esse alívio de encargos trabalhistas, deve acontecer de as empresas demitirem para depois poder voltar a recontratar. As estimativas da FGV (2020) indicam que a diferença dos dois cenários (sem extensão das medidas e com extensão das medidas) pode significar, salvar mais de 400 mil empregos no setor de turismo.

Mas esses dados da FGV (2020), se referem apenas ao mercado formal. O turismo impacta e sustenta outros vários segmentos de profissionais. Os trabalhadores não registrados por exemplo, mesmo que alguns tenham obtido auxílio emergencial do governo, muitas atividades informais seguem agonizando por crédito e manutenção das suas receitas.

Mesmo com o relaxamento das medidas de isolamento, a crise econômica no turismo deve se manter e a sua recuperação pode demorar mais que em outras atividades. Em média, as atividades do setor turístico relacionado a bares e restaurantes serão menos afetadas pela crise do Covid-19, devido ao aumento do consumo por serviços de entrega. Mas setores como de transporte aéreo e aluguel de bens móveis (automóveis) terão maior nível de recuperação com o retorno gradual da demanda. As atividades mais afetadas devem ser as de agências e organizadoras de viagem, levarão mais tempo para recuperar as perdas (FGV, 2020).

A reação do setor até entrar em um momento de estabilização, será lenta e em fases, motivada em um primeiro momento, pelo retorno do consumo, especialmente viagens essenciais, saúde e visita a parentes após o surto da doença [já há números sobre o aumento das viagens de lazer nas proximidades dos locais de residência como uma das fortes tendências da retomada]. Em um segundo momento, o impulso será de retomada das viagens domésticas de lazer e trabalho. O terceiro momento já mais de estabilização, se espera ser o da volta dos eventos corporativos, culturais etc, e início da retomada do turismo internacional (FGV, 2020).

O setor do turismo, seguirá sofrendo impacto enquanto não houver imunização e seguirem as medidas de distanciamento social, pois tendo em vista sua natureza, é um serviço que envolve circulação de pessoas. Essas mudanças geradas

pela pandemia, devem ser acompanhadas por demissões, pois a recuperação será lenta. Muitas outras empresas deste setor, mesmo cortando custos e empregados, não conseguirão se manter abertas, o que acarretará em mais desemprego (FGV, 2020).

Para a FGV (2020), novas características de comportamento social serão impostas à sociedade no período pós-pandemia, que promoverão mudanças em vários modelos de negócios e nos postos de trabalho. É o que ressalta Neto et al. (2020), que discutem as tendências para o turismo em 2020. Os autores apontam que o cenário de crise desafia o setor turístico a pensar sobre o momento pós-Covid-19, e aponta dois caminhos: 1) mais ameaças se o setor continuar como está e 2) a necessidade de se repensar/reconstruir o setor. Segundo os autores, é necessário uma desaceleração e um repensar do planejamento de viagens (turistas) e da inovação no setor. A tecnologia e a inovação podem ajudar o setor do turismo a superar essa crise. Estratégias de planejamento, redirecionamento, reinvenção e reordenamento do turismo, etc., devem estar alinhadas com a construção de políticas públicas.

Apesar desse cenário apontado pela FGV (2020), nos meses de agosto a outubro vem se notando uma contradição nessas previsões, justificadas pelo fato de que nesses meses foram identificados aumentos na busca por viagens no país. De acordo com o Mtur (2020), levantamentos feitos por uma plataforma online da Expedia mostraram que durante o mês de julho de julho de 2020, a pesquisa por viagens no Brasil para os meses de agosto a outubro teve um crescimento médio de 30% a cada semana.

A semana do dia 20 foi a que mais se destacou, com alta de aproximadamente 50% comparado aos sete dias anteriores. O mês de agosto foi o mais cotado para viajar, mas também houve alta de quase 40% nas buscas por hotéis e pousadas em setembro e outubro. De toda a procura por hospedagens em destinos brasileiros, 75% foi realizada por viajantes domésticos. Dentre a demanda internacional, a pesquisa apontou que os norte-americanos são os mais interessados em visitar o Brasil (Mtur, 2020).

Dentre os destinos mais procurados estão Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Gramado (RS), Campos do Jordão (SP) e Porto de Galinhas (PE). Ainda de acordo com a pesquisa o perfil atual do turista está tendendo a buscar viagens de deslocamento mais curto e em períodos mais próximos, evitando planejamento a longo prazo. Considerando as consultas realizadas em julho, os meses de agosto a outubro deste ano tiveram uma procura 100% maior do que as buscas para os meses do verão de 2020/2021, considerado alta temporada (Mtur, 2020).

A agência de viagens Decolar também realizou um estudo com viajantes brasileiros para verificar os planos de viagens futuras em maio de 2020, mais de 1000 usuários da plataforma tiveram suas opiniões avaliadas mostrando que 57% dos entrevistados pretendem viajar pelo Brasil entre outubro e novembro deste ano. A região Nordeste desponta como a preferência de 42% deles, sendo Maceió (AL), Jericoacoara (CE) e Natal (RN) os destinos mais requisitados para o período (Mtur, 2020).

Com o intuito de fazer uma retomada gradual e segura das atividades, o setor do turismo anunciou alguns protocolos de segurança, como o selo “Turismo Responsável - Limpo e Seguro” do Ministério do Turismo. A criação do selo de boas práticas em questões associadas à biossegurança é a primeira etapa do Plano de Retomada do Turismo Brasileiro, coordenado pelo MTur (Mtur - Pesquisa aponta crescimento em buscas por viagens no Brasil, 2020).

Para adquirir o selo, o interessado deve acessar o site da iniciativa, ler as orientações previstas no protocolo destinado ao segmento em que atua e estar com situação regular no Cadastur. Em caso positivo, ele adere à autodeclaração que atende aos pré-requisitos determinados e é encaminhado para uma área do site onde pode realizar o download do selo para impressão (Mtur - Pesquisa aponta crescimento em buscas por viagens no Brasil, 2020).

O selo, é gratuito, deverá ser colado em local de fácil acesso ao cliente e conterá um QR Code pelo qual o turista poderá consultar as medidas adotadas por aquele empreendimento e/ou profissional. Além disso, possibilitará a realização de denúncias em caso de descumprimento, o que poderá resultar em revogação do selo (Mtur - Pesquisa aponta crescimento em buscas por viagens no Brasil, 2020).

### Considerações Finais

O empenho em reerguer a economia do turismo no Brasil está sendo feito através de propostas de estímulos financeiros às empresas do setor. Pelo que indica o Manual do Corona Vírus lançado pelo Mtur, as MPs sancionadas devem servir de ajuda governamental aos profissionais autônomos do turismo, micro, médias e grandes empresas. No entanto, essas medidas apesar de ajudarem não são suficientes para evitar demissões no setor. É necessário uma prorrogação do prazo das medidas, e também alívios de encargos trabalhistas para evitar a demissão de funcionários. É necessário agora políticas mais específicas para minimizar o quadro de crise no setor.

Em relação ao setor informal, mesmo com auxílios emergenciais do governo, sabe-se que muitas atividades informais estão lutando por crédito e agonizando para manter

suas receitas. Mesmo que as medidas de isolamento estejam se relaxando e as viagens aumentando desde agosto, a crise no setor do turismo deve se manter devido ao fato de que o país vem presenciando uma segunda onda de contaminação e aumento no contágio, o que pode levar a sanção de medidas mais rígidas de isolamento social até que uma autoimunização seja feita na população. O futuro do turismo se encontra incerto e está baseado em uma nova realidade a ser repensada com estratégias de planejamento, de reinvenção alinhados com políticas públicas adequadas, ainda que não se saiba como será estabelecido esse futuro e quando.

### Referências

- Brito, S. C., Desidério, M. M. P., Samapio, M. A.C. ( Outubro de 2013). *A construção da Imagem Turística do Tocantins Pelo Poder Público*, X Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Universidade de Caxias do Sul.
- Caracristi, A. F.M. (2016). *Poder e Legitimidade Na Disputa pelo Jalapão: Análise da sustentabilidade do capitalismo dourado e do turismo para a comunidade Mumbuca* (Dissertação de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO).
- Dutra, C. V., Senna, S. G. M.L., Adorno, M. L.F. (2008). *Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins*, vol.8, nº 1, 104-117
- Fundação Getúlio Vargas (2020). *Impacto Econômico do Covid-19: Propostas Para o Turismo Brasileiro*. 1º Edição. Recuperado em 21 de julho de 2020, de <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/1a-edicao-impacto-economico-do-covid-19-propostas-para-o-turismo-brasileiro-abril-2020>
- Fundação Getúlio Vargas (2020). *Impacto Econômico do Covid 19: Propostas Para o Turismo Brasileiro*. 2º Edição. Recuperado em 24 de julho de 2020, de: <https://fgvprojetos.fgv.br/artigos/2a-edicao-impactos-economicos-da-covid-19-propostas-para-o-turismo-junho-2020>
- Ministério do Turismo (2020). *Manual Sobre Corona Vírus*. Edição 04. Recuperado em 24 de julho de 2020, de: [http://www.turismo.gov.br/images/Manual\\_Coronavirus\\_01\\_05.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/Manual_Coronavirus_01_05.pdf)
- Ministério do Turismo (2020). *Palmas: a mais jovem das capitais brasileiras completa 31 anos*. Recuperado em 26 de agosto de 2020, de: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13516-palmas-a-mais-jovem-das-capitais-brasileiras-completa-31-anos.html>

- Ministério do Turismo (2020). *MTur libera R\$ 1,2 milhão para construção de centro gastronômico em Tocantins*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: [http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13486-minist%C3%A9rio-do-turismo-libera-r\\$-1,2-milh%C3%A3o-para-constru%C3%A7%C3%A3o-de-centro-gastron%C3%B4mico-em-tocantins.html](http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13486-minist%C3%A9rio-do-turismo-libera-r$-1,2-milh%C3%A3o-para-constru%C3%A7%C3%A3o-de-centro-gastron%C3%B4mico-em-tocantins.html)
- Ministério do Turismo (2017). *O que é a Categorização?*. Recuperado em 20 de julho de 2020, de: [http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=82&Itemid=262](http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=262)
- Naturatins (2019). *Parque Estadual do Jalapão completa 18 anos de criação*. Recuperado em 20 de julho de 2020, de: <https://naturatins.to.gov.br/noticia/2019/1/11/parque-estadual-do-jalapao-completa-18-anos-de-criacao/>
- Netto, P. A., Oliveira, S. J.L., Severini, F.V. (2020). *Do over-tourism à estagnação. Reflexões sobre a pandemia do Coronavírus e o turismo*. Cenário, Revista Interdisciplinar em Turismo e Território, vol.8, n. 14, 17-34. Doi: 10.26512/revistacenario
- Portal do Turismo Tocantins (s.d.). *Araguacema*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/praias-e-lagos-do-cantao/principais-atrativos/araguacema/>
- Portal do Turismo Tocantins (s.d.). *Araguanã*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/vale-dos-grandes-rios/principais-atrativos/araguana/>
- Portal do Turismo Tocantins (s.d.). *Araguatins*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: Portal do Turismo Tocantins, Araguatins - <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/bico-do-papagaio/principais-atrativos/araguatins/>
- Portal do Turismo Tocantins (s.d.). *Bico do Papagaio*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/bico-do-papagaio/>
- Portal Turismo Tocantins (s.d.). *Encantos do Jalapão*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/encantos-do-jalapao/>
- Portal do Turismo Tocantins (s.d.). *Formoso do Araguaia*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/ilha-do-bananal/principais-atrativos/formoso-do-araguaia/>
- Portal do Turismo Tocantins (s.d.). *Ilha do Bananal*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/ilha-do-bananal/>
- Portal do Turismo Tocantins (s.d.). *Natividade*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/serras-gerais/principais-atrativos/natividade/>
- Portal do Turismo Tocantins (s.d.). *Palmas*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/serras-e-lago-/principais-atrativos/palmas/>
- Portal Turismo Tocantins (s.d.). *Praias e Lagos do Cantão*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/praias-e-lagos-do-cantao/>
- Portal Turismo Tocantins (s.d.). *Serras Gerais*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/serras-gerais/>
- Portal Turismo Tocantins. *Taquaruçu (s.d.)*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/serras-e-lago-/principais-atrativos/taquarucu/>
- Portal Turismo Tocantins (s.d.). *Tocantins*. Recuperado em 27 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/tocantins/>
- Portal Turismo Tocantins (s.d.). *Vale dos Grandes Rios*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://turismo.to.gov.br/regioes-turisticas/vale-dos-grandes-rios/>
- Secretaria de Comunicação do Tocantins (2013). *Praias em Araganã Recebem Turistas de Vários Lugares*. Recuperado em 28 de julho de 2020, de: <https://secom.to.gov.br/noticias/praias-em-araguana-recebem-turistas-de-varios-lugares-124802/>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2020). *Pesquisa Turismo*. Recuperado em 25 de julho de 2020, de: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/to/artigos/pesquisa-turismo,b079efa1bbcb1710VgnVCM1000004c00210aRCRD>
- Tomazin, M., Beni. C. M. (2017, Agosto). *Limites e possibilidades da inclusão social pela Política Nacional de Turismo: O caso do Programa de Regionalização do Turismo*, vol.5, n.8, 83-96.